

OVÍDIA IGNÊZ PIRES

ATIVIDADES FÍSICAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL



**CURITIBA
2016**

OVÍDIA IGNÊZ PIRES

ATIVIDADES FÍSICAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Curso de Especialização em Fisiologia do Exercício, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Mestre Morgana Cláudia da Silva.

**CURITIBA
2016**

Dedico este trabalho aos meus maiores incentivadores: “Meu pai, minha Mãe e meus Irmãos”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus...

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, em especial ao professor..., que me ajudou muito nestes quatro anos de curso.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíam para que eu concluísse o Curso de Especialização em Fisiologia do Exercício.

RESUMO

Nas últimas décadas novos paradigmas educacionais reforçaram a necessidade de tornar a sociedade mais igualitária no sentido de que não é mais possível ignorar pessoas que até então viviam segregadas à margem dos sistemas educacionais, trabalho, lazer. Para superar essa barreira foi adotado o termo inclusão, ou seja, incluir essas pessoas para que possam ver e serem vistas, ter acesso a tudo que as pessoas tidas “normais” têm. Partindo dessa premissa, esta pesquisa procurou estratégias para trabalhar com alunos com dificuldades visuais – baixa visão, cego - e como incluí-los nas atividades de Educação Física. Por sua vez a Educação Física Adaptada apresenta metodologias, estratégias e recursos para o professor dessa disciplina realizar a inclusão de tais alunos por intermédio de atividades adaptadas, contribuindo para que haja melhoria em suas capacidades físicas e intelectuais; pois os benefícios da relação com outras crianças são importantes para a inserção social. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, priorizando autores que tratam do processo de inclusão por intermédio da Educação Física Adaptada e os benefícios que isso traz para os alunos. A leitura permitiu uma melhor visão sobre o processo de inclusão e a importância de se buscar conhecimentos para as aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiente Visual. Educação Física Adaptada.

ABSTRACT

In recent decades, new educational paradigms have reinforced the need to become more egalitarian society in the sense that it is no longer possible to ignore people who lived outside the segregated educational systems, job, leisure. To overcome this barrier was adopted the term inclusion, i.e., include these people so they can see and be seen, to have access to everything that people considered "normal". Starting from this premise, this research sought strategies for working with students with Visual difficulties – low vision, blind-and how to include them in the Physical education activities For your time adapted physical education presents methodologies, strategies and resources for the teacher of that discipline to accomplish the inclusion of such students through adapted activities, contributing to improvement in their physical and intellectual abilities; because the benefits of the relationship with other children are important to social inclusion. The adopted methodology was a bibliographical research, prioritizing authors that deal with the process of inclusion by means of adapted physical Education and the benefits that it brings to students. Reading allowed a better insight into the process of inclusion and the importance to seek knowledge for physical education classes.

Keywords: Inclusion, Visual Impairment, Adapted Physical Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA.....	10
3 DESENVOLVIMENTO.....	11
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma longa história de perdas, exclusões e manutenção de privilégios para uma minoria da população. Isso pode ser também considerado um reflexo do sistema educacional que, excluindo crianças, jovens e adultos da escola fortalecem as desigualdades sociais.

Atualmente tem-se travado uma luta no sentido de que as pessoas com deficiências, qualquer que seja, possam conquistar sua dignidade, direito e cidadania. Esse pressuposto tem como base o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, que coloca que:

Os sistemas de ensino assegurarão ao educando com necessidades especiais: I - currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados [...] (BRASIL, 2004, p.33)

A partir daí, tenta-se vencer os preconceitos e as barreiras e fazer a inclusão dos alunos com deficiências no sistema comum de ensino, para que estes possam ser educados juntamente com as demais crianças. Este não é um processo fácil, mas as escolas estão procurando adaptar-se a estes alunos a fim de proporcionar-lhes a inclusão ao meio escolar.

Adaptação esta que inclui físico, currículo, material didático apropriado segundo a necessidade específica, metodologia apropriada, preparação do professor entre outros, entretanto, na prática observa-se uma realidade completamente diferente, ou seja, falta estrutura para se trabalhar com esses alunos.

Considerando que a deficiência visual – baixa acuidade visual e cegueira – é considerada e comprovadamente a deficiência com maior incidência presente nas escolas o problema é como trabalhar com esses alunos?

Buscou-se uma definição para necessidades especiais, mais precisamente de alunos com dificuldade visual, abordando ainda a Educação Física Adaptada, ou seja, as formas adequadas de se fazer a inclusão de tais alunos por intermédio de atividades físicas que possam ser realizadas durante as aulas de educação física comum, para que haja melhoria em suas capacidades físicas e intelectuais; pois os benefícios da relação com outras crianças são importantes para a inserção social.

Procurou-se também apresentar sugestões de intervenção, com atividades que podem ser desenvolvidas por alunos com deficiência visual partindo da hipótese de que estariam os professores de educação física sem parâmetros oficiais para incluir alunos com deficiência visual nas suas aulas.

Dessa forma teve-se como objetivos reconhecer a importância da participação de alunos com necessidades especiais no contexto da educação inclusão; adotar estratégias apropriadas para alunos com deficiências visuais e valorizar o potencial dos alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física.

2 METODOLOGIA

Para o trabalho investigativo será considerar o método qualitativo. “O método qualitativo prioriza os aspectos dinâmicos, e analisa as informações de forma estruturada, mas intuitiva. Portanto, considera-se importante que os profissionais, bacharel e professores, da Educação Física tenham à disposição maiores conhecimentos sobre como trabalhar com pessoas com deficiência visual.

O trabalho a ser desenvolvido será bibliográfico, procurando respostas para os objetivos elencados.

3 DESENVOLVIMENTO

Como aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares [...] (PCNS,1998), desde a década de 1990, a inclusão de alunos com deficiência na rede comum de ensino tem avançado aceleradamente em alguns países desenvolvidos. Entretanto, o processo de inclusão implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras, e requer sistemas educacionais planejadas e organizados que atendam a diversidade dos alunos e ofereçam respostas às suas necessidades.

A inclusão escolar constitui um processo de igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos. No entanto, a escola inclusiva deve superar obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino, porque disso depende o sucesso da integração escolar e, conseqüentemente, a eficiência no atendimento à diversidade da população estudantil. Apesar de alguns educadores defenderem a ideia de que uma escola não precisa preparar-se para garantir o êxito da inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino comum, há a necessidade da construção de um ambiente escolar que favoreça o seu desenvolvimento.

Entre outras medidas sugere-se ainda que as escolas devam elaborar propostas pedagógicas baseadas na inclusão dos alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos; adotar metodologias diversas e motivadoras; avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu processo e do que poderá vir a conquistar na escola.

Para uma educação eficaz, supõe-se ainda um projeto pedagógico e vise o acesso e a permanência do aluno com necessidades educativas especiais na rede comum de ensino, que assume a diversidade dos educandos, contemplando suas necessidades e potencialidades. Porém, isso requer um aprimoramento constante do contexto educacional.

Também não se deve ignorar que, devido à competição no mercado de trabalho, a educação do desse milênio tem como objetivo fundamental, formar cidadãos, porque os progressos científicos e os avanços tecnológicos definem novas exigências para os jovens. É necessário, portanto, que haja uma revisão curricular, para que o trabalho dos professores e dos especialistas em educação estejam voltados para essa demanda.

Os PCNs – Adaptações Curriculares [...] (1998), consideram que as adaptações curriculares devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Pode-se dizer que essas adaptações representam um processo de adequação de todas as atividades desenvolvidas na escola às necessidades educacionais de alguns alunos.

Desse modo, os ajustes a serem realizados para atender a esta diversidade, variam de acordo com o nível de exigência da dificuldade de aprendizagem apresentada.

Tais modificações se efetuarão nos objetivos, conteúdos, metodologias, atividades[de ensino-aprendizagem e nos critérios e formas de avaliação.

Mazzotta (1997, p. 79), afirma que o papel do professor é “o „ponto chave” da educação “[...] a ação propriamente dita se dá em sala de aula”. Assim, “é na relação professor alunos que as coisas se concretizam, que de fato acontecem”, tanto no ensino regular quanto no ensino especial. Para ele, “o professor tem de ser aquele

profissional que sabe o que está fazendo e porque está fazendo”. Sua ação prática deve estar alicerçada em uma fundamentação teórica, seja ela obtida em cursos ou em treinamento em serviço. No caso dos professores do ensino inclusivo seria oportuno fazermos uma distinção entre as duas expressões, pois apesar de terem significados semelhantes expressam situações diferentes, e possuem pressupostos filosóficos, teóricos e práticos também diferentes para atingirem seus objetivos. Nesse sentido, não pode deixar de ser considerado o papel desempenhado pelo professor. Não se pode substituir a sua competência pela ação de apoio exercida pelo professor especializado ou pelas equipes de apoio (psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas entre outros), mesmo porque o professor é o condutor de todo trabalho educativo.

3.1 DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual se caracteriza pela incapacidade total ou parcial do uso da visão. Quando a incapacidade é total, diz-se que o indivíduo é cego; se é parcial, diz-se que tem visão reduzida. As pessoas cegas são aquelas que possuem, no “melhor dos seus olhos”, após correção, visão inferior ou igual a 1/10 de visão considerada normal. Uma pessoa pode, dentro destas características, possui um grau, após correção (Ashcroft, apud Boletim de Educação, 2004, p. 31).

É importante lembrar que não se considera como deficiente visual; o indivíduo que possui problemas de acuidade visual, corrigido após o uso de auxílio óptico (óculos/lentes).

É preciso considerar que há um prejuízo no desenvolvimento global, acarreado pela ausência da percepção visual. Deve ser dada a importância ao desenvolvimento da linguagem, com a construção de um vocabulário significativo, a partir de experiências vivenciadas através de outros canais, que não o visual, e que possibilitam a formação de conceitos. Do ponto de vista educacional, cego é o que necessita do método Braille para leitura e escrita e sorobã para operações matemáticas, enquanto o portador de visão subnormal consegue ler textos impressos desde que seja utilizado o método ampliado. É recomendado, sempre, que o indivíduo faça uso da visão residual de que dispõe, a fim de aproveitá-la em suas atividades.

3.1.1 Características das Crianças com Visão Subnormal

As crianças com visão parcial estão de certa forma no limbo: não são cegas, não têm visão perfeita. Elas têm de viver ambigualmente, pois algumas esperam que se comportem como se enxergassem perfeitamente e outras as tratam como se fossem cegas. Não existem muitas pesquisas sobre estas crianças, o que sugere que elas não são vistas como muito diferentes de seus companheiros normais.

Entretanto, parece provável que encontrem mais problemas em se ajustar à sua limitação, devido às expectativas conflitantes das pessoas que as cercam – algumas exigem-lhes demais e outras não esperam o suficiente. Em geral, elas se assemelham às crianças normais, embora tendam a ser, de certo modo, desajeitadas, porque não enxergam bem. Geralmente, necessitam de ajuda especial em sua educação.

Segundo informativo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, (Como Prevenir a Deficiência Visual 1997), no caso de a criança ser ainda um bebê este poderá apresentar deficiência visual quando deixar de: a) procurar fontes de luz; b) acompanhar visualmente pessoas e objetos; c) fazer movimentação de mãos frente

aos olhos; d) virar-se, no berço, da posição frontal para dorsal; e) movimentar a cabeça, mão, pernas, olhar, em reação a estímulos; f) olhar e usar suas mãos; g) estender os braços; h) responder sorrisos. Já na infância: a) aproximar objetos junto aos olhos; b) não apresentar expressões faciais; c) não buscar objetos caídos no chão; d) tropeçar ao caminhar; e) derrubar objetos ao caminhar; f) escrevendo omitindo letras, pulando linhas e apresentar ilegibilidade.

3.1.2 Intervenção

De acordo com Antunes e Chiodi (1989, p. 34), o acompanhamento oftalmológico de crianças com visão subnormal é um fato imprescindível para que se efetue uma reeducação consciente e criteriosa. Isso porque sendo a reeducação visual um processo onde a função visual é despertada ou ainda onde ela se aprimora ou readquire seu funcionamento, é necessário que o aluno tenha neste período acompanhamento oftalmológico. O objetivo deste acompanhamento é o de verificação da evolução de cada caso bem como das alterações na prescrição de auxílios ópticos caso se façam necessários.

Os pais têm um papel de relevada importância no processo educativo da reeducação visual. Esta relevância deve-se ao fato deles estarem diretamente ligados aos filhos e serem responsáveis por eles. Quanto menor a idade da criança, maior a responsabilidade desses pais. Além do acompanhamento oftalmológico, as atividades adaptadas para indivíduos com deficiência visual qualquer que seja o grau, têm como objetivo desenvolver as capacidades motoras ligadas, preferencialmente, à postura, equilíbrio, locomoção e mobilidade, orientação no espaço, e imagem corporal. Os exercícios em forma de circuito ou espaços delimitados deve conter fontes sonoras e gradientes de textura diferenciados para informação tátil, de modo a orientar o movimento ou atividade para a sua meta. Desafios à habilidade de orientação são colocados com segurança e com frequência de modo a expandirem as vivências no espaço e ajudarem na construção de uma imagem corporal positiva.

Nos tempos atuais, o aluno com deficiência visual tem possibilidades ampliadas de acesso à educação formal e de trabalho, buscando escolha de profissões compatíveis com sua deficiência. Assim, está mais fácil a inclusão do indivíduo cego ao mercado de trabalho, tornando-se um ser produtivo.

3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA

Desde os tempos pré-histórico o homem tem praticado a educação física de modo espontâneo e instintivo, por meio de caminhadas, corridas, escaladas, saltos arremesso. Evidentemente, não havia a prática de atividades físicas com o objetivo consciente e intencional, de aprimoramento do organismo.

A educação física com fins estéticos e culturais já era encontrada entre chineses, hindus e egípcios. Os primeiros usavam exercícios físicos, hidroterapia (banhos) e massagens; cultivavam a ginástica ligada aos preceitos médicos e higiênicos.

Nos livros religiosos dos hindus há recomendações sobre exercícios, controle da respiração e cuidados para a pureza física e moral. Danças e gogos faziam parte de suas cerimônias religiosas. Entre os egípcios, haviam também vários exercícios ligados às celebrações religiosas e às comemorações guerreiras. Parece que, embora vivendo junto ao Nilo, a natação não fazia parte das atividades dos egípcios.

A prática sistematizada dos jogos, dos esportes e da ginástica de maneira racional fazia parte dos povos da Grécia antiga. Os gregos utilizavam numerosos jogos, muitas vezes como homenagem a seus deuses.

O maior brilhantismo foi atingido com os Jogos Olímpicos, que se iniciaram no ano de 776 a.C. Realizavam – se a cada 4 anos, durante 5 dias e congregavam atletas vindos de toda a Grécia e outros países. Abrangiam lutas, arremessos, saltos, corridas de vários percursos, além de concurso de canto e poesia. Os atletas se submetiam a um treinamento cuidadoso, o qual tomava boa parte do dia, incluindo sempre o preparo psicológico do esportista. Os médicos gregos recomendavam exercícios e regimes adequados aos atletas. (LEX [197 –], p.73)

Os romanos por sua vez, também praticam os exercícios físicos, porém com objetivos militares. Como consequência predominavam as lutas desumanas nos circos, ao lado de certos jogos populares. Os banhos públicos e a natação visavam à higiene.

Durante a idade Média, a forte influência do cristianismo relegou a um plano inferior o cultivo das qualidades corporais, colaborando, assim, para o abandono da educação física. Entre os séculos IV ao XIV, praticavam-se os exercícios baseados na equitação, cujo objetivo era formar bons cavaleiros. Foi à época da famosa cavalaria medieval.

Novo impulso dado aos esportes viriam ocorrer durante a Idade Moderna com a restauração dos Jogos Olímpicos, em 1896, passando a se realizar a cada 4 anos. O aspecto de competição internacional conduziu os atletas a um aprimoramento cuidadoso do treinamento, além da possibilidade de serem comparados os métodos usados por vários povos: incluíram competições em ginástica, atletismo, ciclismo, esgrima, tênis, tiro ao alvo, natação, levantamento de peso e luta. A Segunda Guerra Mundial interrompeu por 12 anos as Olimpíadas, retornando em 1948. Detalhe: os Jogos Olímpicos acontecem sempre no verão do hemisfério norte (junho–julho).

A partir de 1924, passaram também a existir as Olimpíadas de Inverno, precedendo os jogos de verão e incluindo competições como esqui e patinação no gelo. Em 1928, foram introduzidas as competições femininas de atletismo. Atualmente, no mesmo ano que se realizam as Olimpíadas, logo em seguida é realizada as Paraolimpíadas, competição realizadas por atletas com deficiências.

3.2.1 A Educação Física no Contexto da Inclusão

Conforme é colocado por Greguol (2002, p.1), nos últimos anos, em todo mundo, tem se falado muito no termo “acessibilidade”. Hoje em dia é muito comum ouvirmos falar sobre o direito de todas as pessoas independente de sua condição, à educação e à prática de atividades físicas. Diante desse quadro, muitos mecanismos legais têm sido criados para garantir esses direitos a todos os indivíduos. Assim, formalizou-se a partir de 1950, a Educação Física Adaptada, que hoje pode ser definida como um conjunto de atividades, jogos, exercícios, ritmos e esportes, voltados para atender às necessidades especiais de indivíduos na área de Educação Física. Esses programas vieram inicialmente com a finalidade de possibilitar a inclusão de alunos portadores de deficiências físicas, mentais, visuais e auditivas em aulas de Educação Física escolar.

Hoje, com a evolução das pesquisas na área da atividade motora, a Educação Física Adaptada busca, através de diversas estratégias, oferecer programas individualizados de atividades físicas para indivíduos que, por alguma

deficiência ou distúrbio, não teriam benefícios ideais caso participassem de um programa convencional.

O desafio do bacharel e/ou professor na Educação Física Adaptada deve ser o de desenvolver programas de atividades físicas para populações específicas, podendo ser trabalhadas individualmente ou em grupos. Para tanto, esse profissional deve possuir conhecimentos sobre as diversas deficiências e distúrbios orgânicos que ocasionam limitações específicas nos indivíduos. Muitos alunos que participam desses tipos de programas poderiam até acompanhar aulas de atividades físicas convencionais; contudo, muitos não teriam benefícios tão específicos ou mesmo se arriscariam a agravar sua condição caso persistissem em tais atividades.

3.2.2 Esportes Praticados Por Deficientes Visuais

Até o momento, os deficientes visuais têm acesso à natação, atletismo, *goalball*, ciclismo e halterofilismo, sendo que estas estão presentes também nas Paraolimpíadas.

Esportes reconhecidos pela IBSA se, contudo, constarem do Programa Paraolímpico: Futebol de Salão, *Torboll* e Ginástica. Esportes praticados sem, até o momento, terem sido reconhecidos pela IBSA: basquete, vôlei, equitação, vela, esqui aquático, *showdown* (ping-pong), patinação (gelo e rodas), canoagem, remo, corrida de orientação, montanhismo, xadrez, lutas (olímpica e greco-romana) e outros esportes de inverno (PEDRINELLI, 1991).

Conforme Greguol (2002, p.1), em 1960 ocorreram os primeiros jogos Paraolímpicos em Roma. Desde esta data, os jogos ocorreram sempre algumas semanas após os Jogos Olímpicos convencionais e utilizam a mesma sede para sua realização. O Brasil participa das Paraolimpíadas desde 1972 e, especialmente nas últimas participações vêm alcançando resultados cada vez mais elevados, embora a m dia brasileira insista em ignorar este acontecimento.

3.2.3 Educação Física Adaptada

Especialistas em Educação Física Adaptada reuniram-se em Brasília a convite da Secretaria de Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação, em 2001, com o objetivo de apresentar estratégias de curto, médio e longo prazo de ações político-pedagógicas para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física do sistema comum de ensino.

Nessa perspectiva, e tendo em vista as orientações políticas emanadas das diferentes secretarias de educação brasileiras, essa inclusão tem se constituído um grande desafio para educadores, dirigentes, pais e alunos, merecendo destaque as inúmeras d vidas e a inquietação de grande parte dos professores de Educação Física em face da nova realidade. A isso deve somar-se o fato de que poucas experiências de inclusão nessa nova perspectiva estão sendo realizadas e de que poucas têm sido as orientações acerca de como devem atuar os profissionais da área, que, até então, trabalham com pessoas com necessidades educacionais especiais separadas das demais, ou até mesmo excluídas do convívio acad mico (ESPORTE, 2002, p. 1).

Para que a Educação Física Adaptada seja colocada em prática inicialmente é preciso considerar os conhecimentos sobre psicomotricidade, especificamente para a pessoa com deficiência visual na infância, adolescência, ou até mesmo na idade adulta (cegueira adquirida). Ressalve-se que a área de educação psicomotora destinada a essa clientela é mais abrangente do que sua hom nima que é mostrada

pelos compêndios de psicomotricidade. Trata-se de uma área abrangente e não de conjuntos de atividades com objetivos comuns.

A estimulação essencial, a psicomotricidade, a educação física, a orientação e mobilidade (Peripatologia) constituem a área de educação psicomotora da pessoa com deficiência visual. Embora abrangendo o desenvolvimento cognitivo, social afetivo e sensorial, sua ênfase, por necessidade trazida pela caracterização do grupamento, está intimamente ligada ao domínio psicomotor do desenvolvimento humano. Sua importância no trabalho educacional com o deficiente visual assume a magnitude de dar condições através da potencialização e base do desenvolvimento geral, para um adequado e bem-sucedido caminhar acadêmico e social.

Tomando como ponto de partida o conhecimento, controle e domínio do próprio corpo, utilizando-o como instrumento básico, o movimento com o meio, o respeito absoluto à unicidade do educando; liberando sua criatividade e sua auto expressão como estratégia e tendo o prazer de poder fazer como reforço, a educação física adaptada ao deficiente visual trabalha: a) diminuição da defasagem psicomotora geralmente apresentada; b) desenvolvimento da autoconfiança, da auto-estima, do sentimento de mais valia e da auto iniciativa; c) diminuição da ansiedade estado; d) desenvolvimento do espírito de coletividade e a elaboração dos conceitos de colaboração e coparticipação; e) ampliação das possibilidades de formação de conceitos através do aumento do potencial de exploração dos objetivos, dos ambientes e das situações de aprendizagem; f) a utilização plena de todo o potencial sensorial; g) utilização do corpo e do movimento em descobertas, superando “situações-problema”, favorecendo o perfeito estabelecimento do “eu” e suas relações.

Observando nas atividades auto expressivas o fluxo resultante da capacidade de fazer algo, da realização do potencial e do adequado uso da liberdade de ação e percebendo como função dos professores de educação física de pessoas com deficiência visual o oferecimento de estímulos e condições ambientais que propiciem o desabrochar das potencialidades, propõe-se uma educação física que reconheça nesse agrupamento toda uma gama de necessidades, não somente do aluno como sujeito do processo educacional, mas também como indivíduo, na sua relação e interação com o meio ambiente e com a sociedade, onde as atividades propostas não derivem de um treinamento de instruções e sim contemplem as necessidades, o interesse, o nível de desenvolvimento criativo e não sua *performance* ou excelência, favorecendo, dessa maneira, as descobertas e a potencialização de sua integração social.

3.3 EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA O DEFICIENTE VISUAL

Para Conde (1981), a criança cega tem absoluta necessidade de descobrir, conhecer, dominar e relacionar o seu corpo com o ambiente e com as pessoas. Só assim ela se identificará como ser inédito, formando o seu “eu”, interagindo no ambiente e em seu grupo social, é uma etapa de seu desenvolvimento eu não pode ser queimada. Dela vai depender todo o caminhar de sua ação. Ela buscará inicialmente a própria estimulação dentro do âmbito corporal encontrando aí o estímulo e a motivação para a ação motora.

A Educação Física adaptada à criança cega trabalha abrangendo o seu desenvolvimento, não só na área psicomotora, como também os aspectos cognitivos, sociais-afetivos e sensoriais. Ela utiliza o corpo da criança como instrumento, como ferramenta maior. Partindo do conhecimento e domínio deste corpo, ela usa o movimento controlado como meio, o respeito

absoluto a individualidade do aluno como estratégia básica, o prazer da descoberta de poder fazer como reforço, tendo como fins o alicerce e a potencialidade de seu desenvolvimento e, futuramente, à sua emancipação social (CONDE, 1981).

Segundo o autor acima citado, o conhecimento do próprio corpo, está intimamente ligado ao desenvolvimento geral da criança cega. Ao levá-la, como primeiro passo, ao conhecimento, controle e domínio do seu corpo, a Educação Física Adaptada irá embasar e favorecer a evolução dessa criança, enfocando também aspectos como a autoconfiança, o sentimento de mais valia, o sentido de cooperação, o prazer de poder fazer e as interfaces dessas valências afetivas com o seu cotidiano na família, na escola e na sociedade. Assim, a Educação Física cumprirá sua função de importante elemento facilitador no caminhar da criança rumo à sua emancipação social, possibilitando-lhe condições básicas que a capacitem futuramente a superar as barreiras de diversos tipos, nuances e intensidades, que certamente lhe serão impostas.

3.3.1 Programa de Educação Física para Alunos com Deficiência Visual

Reconhecimento (conceituação e mapa mental) das áreas, implementos e materiais a serem utilizados nas aulas de educação física. Ao aluno cego deve ser dado o tempo necessário ao completo reconhecimento do ambiente de aula.

Uso de pistas ambientais: o vento entrando por uma porta ou janela, uma fonte sonora localizada em um ponto constante, um odor característico, a posição do sol, a textura de solos e paredes. É absolutamente necessário que o professor saiba o nome de seus alunos deficientes visuais. Essa necessidade, além da questão afetiva, assume um papel importantíssimo na segurança do aluno. Eles não responderão às expressões comumente acompanhadas de gesticulação. Ei! Você aí! Pare! Vem aqui!

Tratando-se de uma instituição especializada na formação de turmas de Educação Física é altamente indicada a diversidade entre alunos cegos e de visão reduzida, tendo em vista o aumento considerável das possibilidades de exercícios em dupla ou grupos, altamente eficazes e indicados, mesmo em turmas comuns onde se tenha somente um ou poucos alunos com deficiência visual. Segue-se abaixo algumas recomendações práticas para orientar os professores de qualquer disciplina: a) A formação em roda, de mãos dadas ou com a utilização de uma corda circular é muito adequada e fácil de ser alcançada; b) A verbalização é a principal arma do professor de alunos cegos. Uma voz de comando clara e tranquila facilita em muito a percepção do comando solicitado; c) Existindo uma limitação óbvia à demonstração, o professor, além da voz de comando, poderá utilizar a ajuda física e a percepção cinestésica, tocando no seu aluno e deixando que ele o toque; d) Procurar evitar ambientes profundamente ricos em estímulos sonoros; e) Lembrar sempre da importância das pistas sonoras e da voz de comando; f) Não ter melindres de alertar o aluno sobre qualquer impropriedade no seu vestuário; g) Não sair de uma conversa com o aluno cego sem avisar de sua saída, tampouco chegue a um grupo de alunos cegos sem comunicar sua chegada; h) Enfatizar a higiene pessoal. Além da importância fundamental para a saúde, as boas condições de higiene são importantíssimas no convívio social; i) os jogos e competições com adaptações são possíveis e trazem grande participação; j) não julgue que o aluno cego conte com pessoas para localizar objetos ou portas. Ele utiliza a memória cinestésica que todos nós temos e que ele desenvolve muito mais; k) conduza o aluno cego oferecendo-lhe o braço. Ele o segurará acima do cotovelo e caminhará meio passo atrás de você; l) nunca prejudique o aluno cego ou de visão reduzida incapaz de realizar um exercício ou atividade,

lembre-se que a vida dele será um contínuo superar de obstáculos. Tente, e principalmente, use o bom senso; m) não demonstre excesso de proteção ao aluno cego ou deficiente visual inserido em uma turma de não deficientes. Lembre-se sempre que ele, antes de mais nada, quer ser tratado com igualdade; n) não generalize predicados ou defeitos de um deficiente visual a todos os outros. Lembre-se que as diferenças individuais se constituem parâmetros básicos do processo educacional e as generalizações são componentes do preconceito; o) toda criança gosta de brincar como todas as demais. A brincadeira desempenha um papel importante no seu desenvolvimento. A criança cega ou de visão reduzida não é diferente. Ela gosta e tem necessidade de brincar; p) embora possa ocorrer defasagens psicomotoras, a criança cega, no nível do interesse por atividades recreativas, tem seu desenvolvimento em consonância com a criança de visão normal da mesma faixa etária; q) lembre-se que é uma tendência natural do ser humano o temor do desconhecido. A criança cega enquanto não forma o conceito, desconhece. O medo de situações novas não lhe é inerente. Contudo, se for demonstrado, empregue estratégias que propiciem a ela a experimentação física e a formação do conceito ambiental; r) o aluno de visão reduzida com patologia de deslocamento de retina não deverá ser submetido a exercícios nos quais haja possibilidade de traumatismo na cabeça; s) há uma grande incidência de problemas neurológicos, com crises convulsivas, em alunos deficientes visuais. Na natação, é importantíssimo que o professor tenha essa formação e atente para os aspectos de segurança nesses casos; t) sentido rítmico é inerente a todo o ser humano. A criança cega deve ser dada a possibilidade de, inicialmente, exteriorizar livremente, através do movimento, o seu ritmo próprio. Ela não tem, naturalmente, padrões de expressões rítmicas corporais. Esses padrões, se inseridos pelo professor, poderiam demonstrar-se contraproducentes e inibidores no nível da pré-escola, ou dos primeiros anos do ensino fundamental. Nessa fase, o mais importante é que o movimento corporal aconteça. Sua *performance* aí não deve ser enfatizada; u) Da pré-escola e até aproximadamente os oito anos de idade a criança cega não tem a possibilidade de abstrair do modelo para o real. Sua aprendizagem deve ser a mais concreta possível. Depois dessa idade o professor de educação física poderá utilizar-se de maquetes e plantas baixas em relevo para apresentar aos alunos modelos de quadras desportivas e instalações de educação física; v) O professor de educação física deve buscar informações relativas à anamnese médica, social, familiar, psicológica e acadêmica do aluno com deficiência visual. Essas informações lhe darão parâmetros básicos para sua intervenção, contudo não poderão limitá-lo através da formação de um prognóstico final; x) aos professores de educação física com alunos com deficiência visual caberá buscar a integração de seus conteúdos com aqueles desenvolvidos pelas outras áreas. Essa relação é fundamental e propiciará efetivamente, as generalizações e as aplicações da aprendizagem proposta; z) o aluno com deficiência visual é um ser lúdico, como todo o ser humano. Em algumas ocasiões ele tem necessidade de ser despertado para isso, principalmente nos casos da cegueira adquirida. O professor de educação física terá também a função de lhe incitar para o lúdico e para o prazeroso, buscando ampliar suas possibilidades de opção de laser.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a inclusão de deficientes visuais através da Educação Física Adaptada procura diminuir a diferença desses alunos em relação aos demais colegas do ensino comum. Pois nenhuma das formas praticadas de inclusão social satisfaz plenamente os direitos de todas as pessoas com deficiência, porque falta ainda um longo caminho a ser percorrido para que elas e suas famílias exijam que as leis sejam cumpridas. No modelo integrativo, a sociedade, praticante de braços cruzados, aceita receber pessoas com deficiência desde que estas sejam capazes de moldar-se aos requisitos exigidos, acompanhar os procedimentos tradicionais de trabalho, escolarização, convivência social e ainda contornar obstáculos existentes no meio físico e lidar com atitudes discriminatórias da sociedade ao desempenhar papéis sociais individuais com autonomia, mas não necessariamente com independência.

No processo de inclusão, por sua vez a sociedade deve-se adaptar /integrar-se as pessoas com deficiências, e em se tratando de educação, na disciplina de Educação Física os professores são incentivados a ampliar a instrução multinível para o planejamento de aula e utilizar uma variedade de atividades dentro de um determinado período de aula ou de unidades de ensino adaptadas às defesas dos alunos. Após conhecer os pontos fortes de cada aluno e em quais áreas ele necessita desenvolver mais, os professores disporão de melhores informações para poderem projetar atividades que propiciem a participação do aluno nas propostas do programa curricular.

Por outro lado, a abordagem sobre as aulas de Educação Física Adaptada mostrou que muitas atividades para serem colocadas em prática dependem apenas do conhecimento do profissional dessa área sobre as mesmas, pois não dependem de grandes investimentos em materiais bastando apenas boa vontade e interesse, tratando-se de atividades em que todos os alunos podem participar independente do direcionamento ser para o deficiente visual.

O que se pode considerar a respeito da inclusão é que os profissionais de Educação Física precisam estarem cada vez mais conscientes da necessidade da educação continuada, da busca de conhecimentos para poderem trabalhar com a diversidade cada vez mais presente nas escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, O.; CHIODI, C. R. B. **Reeducação visual**. Curitiba: 1989.

BRASIL. **Boletim de educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. **Esporte**. Resultado da Reunião sobre Educação Física Adaptada. Brasília: MEC, 18 de ago. 2002.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações Curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 23 de dezembro de 1996.

CADERNO de Atividades. Disponível em < www.novaescola.com.br >. Acesso em 18 out. 2016.

CONDE, A. J. M. Atividades físicas adaptadas ao deficiente visual. In: **Revista Integração**. Edição Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1981.

GREGUOL, M. **Educação física adaptada** (2002). Disponível em: <www.fitmais.com.br> Acesso em 18 out. 2016.

KASSAR, M. de C. M. **Retrospectiva e perspectiva da educação especial no Brasil**. Palestra proferida no Congresso e Mostra de Educação para Excelência Profissional – COMEEP. Campinas, ago. 1997.

LEX, A. **Biologia educacional**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional do Livro, [197 –].

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1997.

PARANÁ. **Como prevenir deficiência visual**. Curitiba: SEED/DEE 1997.

PEDRINELLI, V. J. **Educação física adaptada**: a criança portadora de deficiência mental, auditiva, visual, física e a prática de atividade física. São Paulo, 1991.